



# **Relatório da Oficina de Estratégias para Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas**

Organização: Ministério da Saúde e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

Local: Brasília – DF

Data: 12 e 13 de Dezembro de 2006

## Apresentação

A promoção de práticas alimentares saudáveis está inserida no contexto da adoção de modos de vida saudáveis, sendo, portanto, componente importante da promoção da saúde e qualidade de vida. Constitui uma das diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN; Ministério da Saúde, 2005) e está pautada na concretização do direito humano universal à alimentação e nutrição adequadas e na garantia da Segurança Alimentar e Nutricional da população.

A promoção da alimentação saudável (PAS) conforma uma ação transversal incorporada a quaisquer outras ações, programas e projetos. Nesse contexto, tem enfoque prioritário o resgate de hábitos e práticas alimentares regionais relacionadas ao consumo de alimentos locais de elevado valor nutritivo, bem como padrões alimentares mais variados, nas fases do curso da vida (MS, 2006). Promover a alimentação saudável por todo o curso da vida contribui para a redução de prevalência de todos os tipos de doenças relacionadas à alimentação, tais como obesidade, diabetes, doenças cardíacas e câncer e também deficiências nutricionais e doenças infecciosas (Scrimshaw *et al.*, 1968; Tomkins, 1999; Scrimshaw, 2000, *apud* Pinheiro *et al.*, 2006).

A PAS é também eixo estratégico da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS; MS 2006) que, entre suas ações prioritárias, busca reforçar a implementação das diretrizes da PNAN e da Estratégia Global para a Promoção da Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde (Organização Mundial da Saúde, 2004). A promoção da saúde, com ênfase na atividade física e na alimentação saudável, constitui uma das seis prioridades do Pacto pela Vida (MS, 2006), que faz parte dos Pactos pela Saúde firmada no Conselho Nacional de Saúde em Fevereiro de 2006.

As diretrizes da PNAN vêm sendo implementadas com a construção de parcerias com outros setores. Um exemplo dessa ação é propiciar que os serviços de saúde incentivem o espaço escolar como ambiente para a educação nutricional e promoção da alimentação saudável de crianças e jovens, contribuindo para a formação de hábitos alimentares saudáveis, bem como para a inserção da alimentação e nutrição no conteúdo programático nos diferentes níveis de ensino (MS, 2006). A parceria entre as Educação e Saúde pode e deve se dar além das questões curriculares e permear todo o cotidiano da vida escolar (Pinheiro *et al.*, 2006).

A promoção de uma alimentação adequada, parte de uma visão integral, multidisciplinar do ser humano, que considera as pessoas em seu contexto familiar, comunitário e social. A alimentação e desenvolvimento de hábitos saudáveis são recursos educacionais versáteis e têm o potencial de reunir toda a comunidade escolar, incluindo as famílias, em torno de uma discussão prática e motivadora (Pinheiro *et al.*, 2006). Trata-se, portanto, do lugar ideal para o desenvolvimento de programas de saúde, mais especificamente de programas para promoção de alimentação saudável (OPAS, 1996, *apud* Pelicioni e Torres, 1999).

Considerando a importância da escola como espaço propício à formação de hábitos alimentares saudáveis e à construção da cidadania, foi publicada em 08 de Maio de 2006 a Portaria Interministerial nº 1010, que institui as diretrizes para a promoção da Alimentação Saudável nas escolas de Educação Infantil, Fundamental e nível Médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional.

## Introdução

Nas últimas duas ou três gerações, o modo de vida dos brasileiros transformou-se em muitos aspectos. O Brasil tornou-se rapidamente uma sociedade predominantemente urbana e seus padrões de trabalho e lazer; alimentação e nutrição; e saúde e doença aproximam-se dos países desenvolvidos (Ministério da Saúde, 2006). Permanecem problemas já resolvidos em outros lugares (como as doenças infecto parasitárias), crescem outros problemas de saúde, surgem novos problemas e questões antes não identificadas ou consideradas importantes ou, sequer, condições de saúde (Buss, 2000).

Considerando esse panorama, a promoção da saúde e a prevenção das doenças passaram a configurar como temas centrais para os planos de programas e políticas de saúde pública no país. A promoção da saúde representa, portanto, uma estratégia promissora para enfrentar os problemas de saúde que afetam as populações nas últimas décadas.

A promoção da saúde propõe a articulação de saberes técnicos e populares, e a mobilização de recursos institucionais e comunitários, públicos e privados. Vem sendo interpretada como reação à acentuada medicalização de vida social, passando a representar, mais recentemente, um enfoque político e técnico em torno do processo saúde-doença-cuidado (Buss, 1999).

A promoção da saúde no contexto brasileiro significa uma das bases do Sistema Único de Saúde, quando este se define como sendo aberto à participação da comunidade e sob o controle social, e encontra-se instituída em normas que definem as responsabilidades dos municípios e seus compromissos com a coletividade por meio de uma gestão participativa e transparente. Sendo assim, a promoção da saúde significa uma intervenção que depende da articulação intersetorial e da participação social, voltada para a consecução do direito à saúde, mediante ações voltadas para a melhoria das condições de vida, que podem ocorrer nos espaços dos serviços de saúde, do parlamento e das comunidades (MS, 2006).

Na concepção de promoção de saúde como perspectiva de orientação das diferentes práticas, tal como tem sido disseminada desde a publicação da Carta de Ottawa, em 1986, a saúde é tida como conceito abrangente e positivo que se apóia nos recursos sociais, pessoais e não somente na capacidade física ou nas condições biológicas dos sujeitos. Insere-se no contexto de modos de vida, entendidos como padrões de escolhas (comportamentos) feitos a partir das alternativas disponíveis às pessoas, conforme suas circunstâncias socioeconômicas e suas facilidades para escolher certos modos de vida em detrimento de outros (Rose, 1989, *apud* Oliveira, 2005). O modo de viver de cada indivíduo se apóia na cultura, nas crenças e nos valores que são compartilhados coletivamente (MS, 2006).

Considerando essa abordagem da promoção de modos de vida saudáveis, identificam-se duas dimensões: aquela que se propõe a estimular e incentivar práticas saudáveis, como o aleitamento materno, a alimentação saudável e a atividade física regular, e a outra que objetiva a inibição de hábitos e práticas prejudiciais à saúde, como o consumo de tabaco e álcool (MS, 2006).

A promoção de saúde e a educação em saúde representam estratégias promissoras para enfrentar os problemas que afetam as populações. A promoção da saúde pretende que indivíduos e coletividades,

mediante fortalecimento e capacitação, aumentem suas chances de controlar os determinantes de saúde/doença para obter melhores níveis de saúde e, conseqüentemente, melhor qualidade de vida.

O profissional de saúde, sobretudo o que trabalha na atenção básica tem um papel fundamental como mediador e facilitador do amplo processo de conscientização e mobilização de sujeitos e comunidades para um agir mais coletivo, para a adoção de perspectivas mais integrais em saúde e para a construção de saberes entre os diferentes segmentos, instituições e atores desse campo ( MS/2005).

As escolas têm sido consideradas espaços sociais adequados para promoção da saúde por seu potencial para produzir impacto sobre a saúde, auto-estima, comportamentos e desenvolvimento de habilidades para a vida de seus alunos, funcionários e comunidades (Hamilton; Saundres, 1997; OMS, 1993, 2000; *apud* MS/ OPAS, 2006). É inegável o papel da escola, uma vez que se constitui cenário propício para lidar com as questões que envolvem especialmente os alunos, inclusive em seu ambiente familiar e comunitário.

### **Desenvolvimento da Oficina de trabalho**

A Portaria, nº 1010/06, elaborada conjuntamente pelos Ministérios da Saúde e Educação, tem como finalidade o desenvolvimento de ações que garantam a adoção de práticas alimentares mais saudáveis no ambiente escolar e avaliação de seu impacto a partir da análise de seus efeitos em curto, médio e longo prazo. Para tanto, são incentivadas: i) ações de Educação Alimentar e Nutricional, com respeito à alimentação regional; ii) estímulo à produção de hortas escolares, para realização de atividades com os alunos e uso dos alimentos na alimentação escolar; iii) estímulo à implantação das boas práticas de fabricação nos serviços que ofertam alimentação escolar; iv) restrição ao comércio de alimentos e preparações com altos teores de gordura saturada, gorduras trans, açúcar livre e sal e incentivo ao consumo de frutas, verduras e legumes e v) monitoramento da situação nutricional dos escolares.

As ações a serem desenvolvidas pela escola são estabelecidas pela Portaria e listadas a seguir:

**1º passo:** A escola deve definir estratégias, em conjunto com a comunidade escolar, para favorecer escolhas saudáveis.

**2º passo:** Reforçar a abordagem da promoção da saúde e da alimentação saudável nas atividades curriculares da escola.

**3º Passo:** Desenvolver estratégias de informação às famílias dos alunos para a promoção da alimentação saudável no ambiente escolar, enfatizando sua co-responsabilidade e a importância de sua participação neste processo.

**4º Passo:** Sensibilizar e capacitar os profissionais envolvidos com alimentação na escola para produzir e oferecer alimentos mais saudáveis, adequando os locais de produção e fornecimento de refeições às boas práticas para serviços de alimentação e garantindo a oferta de água potável.

**5º Passo:** Restringir a oferta, a promoção comercial e a venda de alimentos ricos em gorduras, açúcares e sal.

**6º Passo:** Desenvolver opções de alimentos e refeições saudáveis na escola.

**7º Passo:** Aumentar a oferta e promover o consumo de frutas, legumes e verduras, com ênfase nos alimentos regionais.

**8º Passo:** Auxiliar os serviços de alimentação da escola na divulgação de opções saudáveis por meio de estratégias que estimulem essas escolhas.

**9º Passo:** Divulgar a experiência da alimentação saudável para outras escolas, trocando informações e vivências.

**10º Passo:** Desenvolver um programa contínuo de promoção de hábitos alimentares saudáveis, considerando o monitoramento do estado nutricional dos escolares, com ênfase em ações de diagnóstico, prevenção e controle dos distúrbios nutricionais.

Tendo como objetivo geral debater estratégias para a implantação das diretrizes da Portaria nº 1010, foi realizada, nos dias 12 e 13 de Dezembro de 2006, uma Oficina de Trabalho, organizada conjuntamente pela Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição (CGPAN) e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O evento contou com a participação de representantes de Universidades, Secretarias Municipais de Saúde, Secretarias Estaduais de Saúde, Instituto Nacional do Câncer (INCA), Coordenação Geral de Doenças e Agravos não transmissíveis (CGDANT), FNDE e outras áreas técnicas do Ministério da Saúde, como: Saúde da Criança, Hipertensão e Diabetes, Secretaria de Gestão Participativa (SGP) e Secretaria de Gestão e Educação do Trabalho (SEGETES).

As discussões pautadas nesta Oficina permitiram a ampliação do olhar sobre as necessidades e as oportunidades para a implantação da referida Portaria, de acordo com a realidade de diferentes localidades. Este documento apresenta alguns resultados dessa Oficina e pretende oferecer subsídios para o planejamento local por gestores e profissionais de saúde no desenvolvimento de atividades indutoras de práticas alimentares saudáveis nas escolas. Entretanto, não esgota a questão, na medida em que se considera a evolução desta temática e a proposição de novas ações. O aprofundamento do debate sobre a relação da atenção básica com a escola, por meio da promoção da alimentação saudável, por exemplo, permanece inconcluso e é ainda um campo de possibilidades a ser explorado. O documento constitui, portanto, em mais um instrumento para apoiar o planejamento e a execução das ações da área de Alimentação e Nutrição nos diversos níveis e esferas onde elas possam ser trabalhadas.

## **Objetivos**

A Oficina teve como objetivos:

- Debater estratégias para a implantação das diretrizes da Portaria MEC/MS nº 1010, a qual define a Promoção da Alimentação Saudável no ambiente escolar;
- Sensibilizar e estimular os Estados e municípios a desenvolverem estratégias de promoção da alimentação saudável nas escolas, de acordo com as suas especificidades;
- Apresentar a avaliação das experiências municipais de regulamentação sobre a comercialização de alimentos nas escolas e seu impacto na promoção da alimentação saudável.

## **Metodologia**

Inicialmente, foram apresentados os resultados do trabalho encomendado pela CGPAN ao Instituto Annes Dias (INAD), intitulado "Identificação e sistematização dos dispositivos legais para regulamentação da venda de alimentos em escolas do Brasil". Os objetivos dessa pesquisa consistiram na identificação e análise das experiências de regulamentação de venda de alimentos no ambiente escolar no país. Foram reunidas informações sobre o ambiente prévios e as condições que favoreceram à regulamentação, a opinião dos gestores locais de saúde e educação, dos professores, dos pais de alunos e a percepção dos próprios alunos. Foram visitados os estados do Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná e Distrito Federal e os municípios do Rio e Ribeirão Preto.

Posteriormente, foi realizada uma apresentação sobre as perspectivas de implementação da Portaria nº 1010 por um dos representantes do Ministério da Saúde. As ações desenvolvidas pela CGPAN correlacionadas à Portaria foram apresentadas aos participantes da Oficina e, para discussão dessa temática, foram convidados representantes da FNDE, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP).

A proposta metodológica adotada na Oficina compreendeu a organização dos participantes (lista de participantes constante no Anexo I) em 3 grupos de discussão, para os quais foi entregue um roteiro de trabalho (Anexo II). Os participantes foram incumbidos de elaborar propostas de estratégias, parcerias e os recursos necessários para implantar os dez passos recomendados na Portaria, especificando estratégias diferenciadas para as escolas particulares, caso necessário.

No segundo dia de realização da Oficina, deu-se continuidade ao trabalho em grupo e foi aberta a plenária para exposição dos resultados gerados em cada grupo.

## **Resultados e Discussão**

Os grupos de trabalho sistematizaram seus resultados na forma de apresentação. Assim, os resultados apresentados a seguir foram dispostos passo a passo, definidos a partir do texto constante na Portaria, e em tabela, compilando em cada ponto (estratégias, parcerias e recursos) as discussões levantadas pelos 3 grupos. Considerando a diversidade de sugestões ofertadas em cada um dos passos, optou-se por destacar as de maior relevância. Ressalta-se ainda que algumas das sugestões foram contempladas em mais de um dos passos.

**Passo 1:** A escola deve definir estratégias, em conjunto com a comunidade escolar, para favorecer escolhas saudáveis.

	<b>Estratégias</b>	<b>Parceiros</b>	<b>Recursos</b>
<b>Passo 1</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❑ Sensibilizar a comunidade escolar;</li> <li>❑ Sensibilizar o professor quanto à importância da alimentação para a educação</li> <li>❑ Estabelecer metodologias para as oficinas de sensibilização</li> <li>❑ Elegar multiplicadores;</li> <li>❑ Divulgar dados de estado nutricional;</li> <li>❑ Buscar articulação com a área pedagógica;</li> <li>❑ Promoção de ações educacionais por meio de feiras, oficinas e demais atividades didáticas;</li> <li>❑ Organização/Mobilização social;</li> <li>❑ Co-responsabilização ;</li> <li>❑ Valorização dos profissionais, especialmente merendeiras;</li> <li>❑ Garantir o conhecimento, pelas crianças, das etapas de produção dos alimentos ofertados na alimentação escolar.</li> <li>❑ Integrar as ações dos serviços de saúde locais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❑ Direção das escolas;</li> <li>❑ Coordenadores pedagógicos;</li> <li>❑ Professores;</li> <li>❑ Associações de pais e mestres (APM);</li> <li>❑ Funcionários da escola</li> <li>❑ Grêmios estudantis;</li> <li>❑ Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs);</li> <li>❑ Gestores da Educação e da saúde, estadual e municipal;</li> <li>❑ Donos de cantinas escolares;</li> <li>❑ Sindicato de escolas particulares;</li> <li>❑ Secretarias de Saúde (SES e SMS);</li> <li>❑ Programa Saúde da Família (PSF/ESF);</li> <li>❑ Programa de Agentes Comunitários de Saúde</li> <li>❑ Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição (CECANs);</li> <li>❑ Instituições de Ensino Superior (IES);</li> <li>❑ Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEAs).</li> <li>❑ Conselhos locais de Saúde</li> <li>❑ ONGS (avaliar condições de participação)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❑ Grupos de trabalho das áreas de saúde e educação;</li> <li>❑ Repasses do governo federal, estadual e municipal;</li> <li>❑ Recursos da própria escola;</li> <li>❑ Articulação dos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição (CECAN's) com MS e FNDE;</li> <li>❑ Recursos educacionais (materiais didáticos);</li> <li>❑ Recursos humanos.</li> </ul>

A promoção da saúde na escola é uma prioridade intersetorial complexa por várias razões. Ainda que as atividades de educação em saúde venham se realizando desde muito tempo, na maioria das vezes mantêm seu foco na prevenção e controle de doenças e muito pouco na questão da formação de atitudes saudáveis de vida, do desenvolvimento psicossocial e da saúde mental e em práticas mais efetivas (MS, 2006).

Sendo assim, a educação é uma estratégia importante da saúde pública e, do mesmo modo, a saúde é uma estratégia importante para que se tenha melhor aproveitamento do processo educativo. Os educadores reconhecem a importância da saúde de seus alunos como um dos aspectos fundamentais para a qualidade de vida e seus processos de crescimento, desenvolvimento e aprendizagem. Portanto, investimentos efetivos nesses dois setores podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e das comunidades (MS, 2006).

Um dos princípios da atenção básica de saúde é, a partir do diagnóstico situacional local, atuar de forma a desenvolver ações pactuadas com a comunidade, buscando a integração com as instituições e organizações sociais da área onde atua, tendo como uma das finalidades a construção da cidadania. Assim a interação entre as unidades de saúde, as equipes de saúde da família e em especial os agentes comunitários de saúde com as escolas da sua área de abrangência é um requisito para a indução de ações de promoção da saúde e neste caso, de alimentação saudável.

Está comprovado que programas para promoção da saúde desenvolvidos na escola, propiciam a ampliação de conhecimentos para as famílias e comunidades, melhoria da situação de saúde das populações, prevenção de hábitos negativos à saúde, redução dos índices de absenteísmo escolar e do professorado, conhecimento de utilização dos serviços de saúde e o estímulo ao trabalho pelo educador (OMS, 1997; OPAS, 1997).

Nesse sentido, a sensibilização da comunidade escolar para a realização de atividades que visem à promoção da alimentação saudável nas escolas é de fundamental importância para a formação de cidadãos com uma vida saudável, que atuam como protagonistas das decisões relativas à própria saúde. A criação de ambientes saudáveis que envolvam tanto aspectos de infra-estrutura quanto o favorecimento de uma atmosfera psicossocial estimulante permite alavancar atividades voltadas para o desenvolvimento de habilidades para a vida.

A promoção da saúde é resultado de ações intersetoriais, agindo nos determinantes gerais da saúde e da qualidade de vida. Cada um dos setores da esfera pública, como educação, saúde, meio ambiente, esporte e cultura deverão ter suas estratégias de atuação balizadas por políticas saudáveis. Dessa forma, exige-se mudança de expectativas em relação aos serviços de saúde, à medida que se reconhece como equivocada sua ação solitária e exclusiva de produção e promoção da saúde. De outro lado, na maioria das vezes a escola tem sido lugar de aplicação de medidas controle e prevenção de doenças, porque o setor saúde costuma vê-la como um lugar onde os alunos seriam passivos à realização de ações de saúde.

Por isso, o estabelecimento de parcerias entre os setores saúde, educação, meio ambiente, esporte e cultura permite não apenas o trabalho conjunto, mas o reconhecimento do educando em seus múltiplos aspectos, no sentido de colaborar para a formação de um cidadão mais crítico e sensibilizado a questões de natureza diversa.

Uma das sugestões ofertadas pelos grupos de trabalho consistiu na necessidade de consideração da intersetorialidade para a promoção de ações educativas relacionadas à alimentação e nutrição no ambiente escolar. Nos dias de hoje está estabelecida e oficializada a interseção da educação com vários outros saberes e ciências, em especial com a área de Saúde. A intersetorialidade possibilita releituras da realidade a partir de

um novo olhar, de outro setor, e essa troca pode provocar mudanças e suscitar mudanças em ambos os setores. Ao rever a interação entre os setores de Educação e Saúde, ressalta-se o processo de humanização dos serviços de atenção à saúde como importante contribuição para o fortalecimento da promoção da saúde. O partilhar de conhecimentos específicos entre profissionais da saúde e educação permite a construção de uma nova práxis na promoção da saúde do escolar.

Outra sugestão para este passo referiu-se à necessidade de organização e mobilização social da comunidade escolar. A maioria das práticas participativas é de início recente e, por isso, faz-se necessário fortalecer os mecanismos de participação popular, promovendo a autonomia e o fortalecimento (empoderamento) das comunidades. A participação da comunidade em ações que busquem resposta aos seus problemas permite que estas pessoas sintam-se representadas e atendidas em suas necessidades e, em decorrência, sintam-se agraciadas com os benefícios que poderão ser alcançados.

A valorização do trabalho das merendeiras foi outro ponto abordado pelos grupos de trabalho. A valorização deste profissional permite o reconhecimento de sua co-responsabilidade na produção da alimentação escolar e, por conseguinte, na promoção da saúde das crianças. Além disso, a valorização profissional pode ser reconhecida a partir da capacitação destes profissionais. Entretanto, é preciso considerar que a formação continuada e a alocação de recursos humanos, precisa ser coerente com a real carga de trabalho.

**Passo 2:** Reforçar a abordagem da promoção da saúde e da alimentação saudável nas atividades curriculares da escola

	<b>Estratégias</b>	<b>Parceiros</b>	<b>Recursos</b>
<b>Passo 2</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❑ Estimular o conhecimento e aplicação do Guia Alimentar para a População brasileira</li> <li>❑ Produzir material educativo sobre diversos temas e acompanhar a utilização;</li> <li>❑ Estimular a criação de disciplina sobre Alimentação Saudável na graduação do curso de Pedagogia;</li> <li>❑ Diagnóstico dos entraves das discussões no MEC;</li> <li>❑ Educação continuada para professores sobre o tema Alimentação;</li> <li>❑ Programa de incentivo ao professor, mediante a realização de concursos nacionais e regionais;</li> <li>❑ Utilizar o tema Alimentação e Nutrição em datas específicas e oportunas segundo contexto local;</li> <li>❑ Pré-seleção e revisão dos livros didáticos por equipe técnica, com correção e inclusão de temas.</li> <li>❑ Aprimorar o conhecimento dos ACS e ESF sobre alimentação saudável.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❑ Universidade: cursos de graduação em Nutrição e Pedagogia;</li> <li>❑ Unidades de Saúde, ESF e ACS.</li> <li>❑ Câmara técnica MS/MEC;</li> <li>❑ Conselho Nacional de Educação;</li> <li>❑ MEC;</li> <li>❑ Pais;</li> <li>❑ Professores;</li> <li>❑ Alunos;</li> <li>❑ Coordenadores pedagógicos;</li> <li>❑ CAEs;</li> <li>❑ Merendeiras;</li> <li>❑ Secretaria de Educação (SEE e SME);</li> <li>❑ Secretaria de Saúde SES e SMS;</li> <li>❑ CECANs;</li> <li>❑ IES;</li> <li>❑ Editoras,</li> <li>❑ União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME).</li> <li>❑ Cursos de Nutrição e Associações profissionais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❑ Recursos educacionais ;</li> <li>❑ Recursos humanos;</li> <li>❑ Recursos financeiros.</li> </ul>

Sendo a escola o ambiente propício para o processo educativo, o educador é o membro central da equipe de saúde escolar, pois, além de ter maior contato com os alunos, está envolvido na realidade social e cultural de cada discente e possui uma similaridade educativa (Davanço *et al.*, 2004). Um dos fatores limitantes para o fracasso dos programas de saúde refere-se à escassez de recursos humanos capacitados (OPAS, 1997). Em sua maioria, os educadores são levados a complementar sua precária formação por iniciativa e decisão próprias ou quando estimulados por outros profissionais e/ou, ainda, por solicitação da instituição em que trabalham (MS, 2006).

A necessidade de capacitação dos educadores em Alimentação e Nutrição foi um dos pontos considerados nesse passo. Estudos brasileiros indicam que professores expostos a programas de capacitação apresentaram-se melhor preparados conceitualmente e também mais sensibilizados quanto ao papel do professor e da escola enquanto transformadores da realidade (Davanço *et al.*, 2004).

O material informativo reunido no Guia Alimentar para a População Brasileira, publicado pelo MS em 2005, trazendo conceitos, evidências científicas e o perfil epidemiológico nutricional da nossa população favorece o desenvolvimento de atividades educativas sendo referencial teórico para o processo permanente de capacitação dos profissionais de saúde e de educação. O desdobramento deste material em versões destinadas a professores e alunos é uma das ações que envolvem a implantação da Portaria 1010.

A capacitação não deve ser eventual nem apenas um instrumento destinado a suprir deficiências de uma formação inicial de baixa qualidade. Mais do que isso, precisa fazer parte do exercício profissional do educador. Uma formação continuada de docentes é fator importante para o sucesso de programas de promoção da alimentação saudável no ambiente escolar. Para isso, precisa utilizar métodos práticos e interativos, bem como trabalhos de campo, além de possibilitar os conhecimentos necessários para o seu desenvolvimento profissional. Enquanto processo contínuo e permanente, a formação implica em ensinar a aprender, mas também na disponibilidade para aprendizagem do professor, mas, que para isso aconteça, é preciso que o sistema escolar ofereça condições para que ele continue a aprender.

A capacitação de educadores também envolve a elaboração, publicação e disponibilidade de materiais educativos (cartaz, folder, boletins, revistas e vídeos), que, ainda que construídos pelo olhar do gestor, podem contribuir para induzir a forma de repensar as práticas estabelecidas e a reflexão de novas possibilidades. Outra importante função dos materiais educativos refere-se à dinamização das ações de Educação em Saúde, ao modificar e intensificar sua prática, e auxiliar na memorização e aprofundamento dos conteúdos aprendidos (Fonseca, 2004).

Para esse passo, os participantes da Oficina também sugeriram o aproveitamento de datas oportunas e específicas para a abordagem de temas relacionados a PAS no ambiente escolar. Tem sido observado que as atividades desenvolvidas circunscrevem-se a atividades pontuais ou restritas a um dia ou semana durante o ano letivo. A inserção de forma transversal no currículo escolar permite a abordagem de forma continuada e o aproveitamento de datas específicas do ano (dias comemorativos como Dia dos Pais, Dia das Mães, Dia das Crianças, por exemplo) com referência a esta temática contribuem para o reforço das PAS no ambiente escolar.

Destaque pode ser dado à sugestão apresentada por um dos grupos de trabalho, referindo-se à pré-seleção dos livros didáticos que abordam em seu conteúdo temas relacionados à Alimentação e Nutrição. Em dissertação defendida por Fernandez, 2004, observou-se que parte dos livros didáticos de Ensino Fundamental apresenta conteúdo equivocado ou inadequado sobre Nutrição e, portanto, a revisão destes materiais contribuiria para a formação de conceitos corretos. Assim pré-seleção e compra governamental do livro didático deve ter como requisito a adequação do conteúdo referente à alimentação e nutrição às políticas públicas de saúde e nutrição, com ênfase na promoção da alimentação saudável. Grupo de especialistas nesta temática deve integrar o processo de avaliação e seleção dos livros didáticos.

**Passo 3:** Desenvolver estratégias de informação às famílias dos alunos para a promoção da alimentação saudável no ambiente escolar, enfatizando sua co-responsabilidade e a importância de sua participação neste processo.

	<b>Estratégias</b>	<b>Parceiros</b>	<b>Recursos</b>
<b>Passo 3</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❑ Desenvolver e veicular campanhas educativas na grande mídia (concurso com premiação da melhor proposta);</li> <li>❑ Inserir o tema da AS na reunião de pais e mestres;</li> <li>❑ Fortalecer o CAE;</li> <li>❑ Fortalecer as parcerias com a ESF/Saúde do Escolar/associação de moradores;</li> <li>❑ Visita às famílias pelo PSF;</li> <li>❑ Promover a sensibilização dos pais na escola e fora dela - “Dia da Família” – e fóruns de discussões;</li> <li>❑ Realização de reuniões periódicas para planejamento das atividades educativas;</li> <li>❑ Desenvolver e fomentar estratégias visando maior envolvimento dos pais, a exemplo da Escola Aberta;</li> <li>❑ Garantir o conhecimento, pelas crianças, das etapas de produção dos alimentos ofertados na alimentação escolar.</li> <li>❑ Fortalecer o vínculo dos ACS e ESF e escola através de informações sobre a alimentação escolar e promoção da alimentação saudável</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❑ Universidade: cursos de graduação em propaganda e marketing;</li> <li>❑ TV universitária;</li> <li>❑ SESI/SENAC;</li> <li>❑ Canal Saúde;</li> <li>❑ Veículos de comunicação oficial;</li> <li>❑ ESF;</li> <li>❑ Associações locais;</li> <li>❑ Secretaria de Esporte e Lazer (SEL);</li> <li>❑ SES e SMS;</li> <li>❑ SEE e SME;</li> <li>❑ ONGs;</li> <li>❑ CAEs;</li> <li>❑ APM.</li> <li>❑ Unidades de Saúde e Equipes de Saúde da família</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❑ Recursos humanos;</li> <li>❑ Recursos financeiros (inclusive os da própria escola);</li> <li>❑ Recursos educacionais.</li> </ul>

A ação intersetorial e articulada é a marca fundamental da promoção da saúde. Nesse sentido, as ações desenvolvidas no âmbito das escolas devem ter como ponto de partida a comunidade escolar em interação com a sociedade, seus equipamentos sociais e estruturas institucionais.

A participação da família na identificação de seus problemas e na busca coletiva de soluções para os mesmos estimula a construção de uma consciência crítica e emancipadora diante das questões de saúde. Enquanto unidade constituinte do ambiente escolar, a participação da comunidade escolar configura importante prática de participação social, que supõe a produção e disponibilidade de informações e, juntamente com outros procedimentos, poderá desencadear um processo de co-responsabilidade entre os diversos interlocutores na construção ou reelaboração de propostas para o desenvolvimento local. A ação intersetorial com os profissionais que atuam na Estratégia Saúde da Família e Agentes Comunitários de Saúde, importantes para uma reorganização da atenção básica à saúde, também pode contribuir para fazer da escola um espaço de acolhimento e inclusão social.

A maior inserção da família no ambiente escolar pode ser feita aproveitando-se espaços como da Escola Aberta, programa criado em 2004 que visa proporcionar aos alunos da educação básica das escolas

públicas e às suas comunidades espaços alternativos, nos finais de semana, para o desenvolvimento de atividades de cultura, esporte, lazer, geração de renda, formação para a cidadania e ações educativas complementares. A promoção da alimentação saudável pode ser inserida nestas atividades, a partir do desenvolvimento de oficinas, atividades recreativas, hortas escolares e cursos abertos para a comunidade.

**Passo 4:** Sensibilizar e capacitar os profissionais envolvidos com alimentação na escola para produzir e oferecer alimentos mais saudáveis, adequando os locais de produção e fornecimento de refeições às boas práticas para serviços de alimentação e garantindo a oferta de água potável.

<b>Passo 4</b>	<b>Estratégias</b>	<b>Parceiros</b>	<b>Recursos</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>❑ Estimular a elaboração das BPS/BPF por unidade escolar</li> <li>❑ Capacitação de merendeiras por multiplicadores (CECANs);</li> <li>❑ Capacitação dos CÃES por multiplicadores (CECANs);</li> <li>❑ Criar uma linha de financiamento para adequação da infraestrutura e equipamentos das UANs escolares</li> <li>❑ Garantir a participação do RT na definição da área física das UAN (revisão do art.4 do item 6 da Res. 358 do CFN)</li> <li>❑ Estimular a fiscalização das UANs Por intermédio do CAE;</li> <li>❑ Minimizar a quantidade de contaminantes/ agrotóxicos dos alimentos;</li> <li>❑ Promover segurança no trabalho;</li> <li>❑ Articulação e credenciamento de laboratórios;</li> <li>❑ Estabelecer uma referência para os editais de aquisição de gêneros;</li> <li>❑ Capacitação dos responsáveis pela alimentação na escola: recepção, armazenamento, preparo e distribuição;</li> <li>❑ Monitoramento periódico das UANs;</li> <li>❑ Cartilha de BPF;</li> <li>❑ Divulgação das receitas criadas pela escola e pelas crianças com adaptações para técnica dietética;</li> <li>❑ Visitas periódicas às escolas pelos órgãos competentes (vigilância sanitária)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❑ Donos de cantinas escolares;</li> <li>❑ Manipuladores de alimentos;</li> <li>❑ Sistema VISA local;</li> <li>❑ FNDE;</li> <li>❑ Responsável técnico pelo Programa de Alimentação do Escolar local;</li> <li>❑ CAEs;</li> <li>❑ Secretaria de Obras;</li> <li>❑ LACEN</li> <li>❑ Companhia de Saneamento Municipal e Estadual;</li> <li>❑ SEE e SME;</li> <li>❑ SES e SMS;</li> <li>❑ CECANs;</li> <li>❑ IES;</li> <li>❑ Gestores;</li> <li>❑ Arquitetos;</li> <li>❑ Nutricionistas;</li> <li>❑ SEE e SME.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❑ Recursos humanos;</li> <li>❑ Recursos financeiros;</li> <li>❑ Equipamentos;</li> <li>❑ Utensílios;</li> <li>❑ Área física;</li> <li>❑ EPIs.</li> </ul>

A valorização do Programa de Alimentação Escolar (PAE) como estratégia de promoção de saúde a partir do redimensionamento das ações desenvolvidas no cotidiano escolar parte da premissa de valorização do profissional envolvido na elaboração da alimentação escolar, bem como da formação continuada destes. As atividades de capacitação podem acontecer a partir da realização de ações educativas, como visitas

técnicas, cursos, seminários, encontros e oficinas, e da elaboração de diferentes materiais relacionados ao processo de trabalho e à saúde do trabalhador.

A oferta de alimentação escolar saudável e segura do ponto de vista microbiológico está pautada no controle de qualidade dos gêneros alimentícios e das refeições desde a seleção de fornecedores até a distribuição das refeições nas escolas. Um dos mecanismos de controle da alimentação escolar consiste na realização de visitas às escolas por órgãos competentes, quais sejam os órgãos de Vigilância e Fiscalização Sanitária. Essas visitas técnicas podem contar com o apoio de parceiros (nutricionistas, CECAN's, RT do PAE local e componentes do CAE).

Os grupos de trabalho também levantaram a necessidade de adequação da estrutura física e dos equipamentos e utensílios disponíveis na UAN para a elaboração da alimentação escolar com qualidade. A adequação do projeto arquitetônico com vistas à promoção da saúde na oferta de uma alimentação inócua é um processo complexo que precisa buscar, invariavelmente, satisfazer a uma enorme diversidade de critérios técnicos e de compatibilidade físico-funcionais. Por isso, é fundamental o envolvimento de parceiros como arquitetos e nutricionistas no que se refere ao planejamento físico de UAN's escolares, a fim de dar coerência à proposta de um ambiente escolar saudável.

**Passo 5:** Restringir a oferta, a promoção comercial e a venda de alimentos ricos em gorduras, açúcares e sal.

<b>P a s s o</b>	<b>Estratégias</b>	<b>Parceiros</b>	<b>Recursos</b>
------------------	--------------------	------------------	-----------------

	<ul style="list-style-type: none"> <li>❑ Regularizar a publicidade e a promoção comercial de alimentos (Aprovar a CP 71)</li> <li>❑ Regularizar a venda destes alimentos e a utilização no PAE (projeto de lei);</li> <li>❑ Regularizar a venda destes alimentos nas cercanias das escolas (projeto de lei);</li> <li>❑ Estimular a redução de teores de gordura, açúcar e sódio em alimentos industrializados;</li> <li>❑ Elaboração de receitas com melhoria nos cardápios do PNAE e da Cantina comercial;</li> <li>❑ Peças publicitárias (cartazes) de alimentos mais saudáveis para sensibilização da população em geral</li> <li>❑ Sensibilização do comércio ambulante (em parceria com CAE);</li> <li>❑ Promoção de discussões com formação de GT's sobre legislação para restrição e oferta de alimentação saudável;</li> <li>❑ Criação de um dispositivo legal federal para regulamentação da venda desses alimentos;</li> <li>❑ Trabalhar a composição dos alimentos, rotulados ou não, em ações educativas.</li> <li>❑ Estabelecer protocolos para que as escolas particulares façam a contratação de serviços de alimentação e cantinas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❑ Executivo federal</li> <li>❑ Legislativo federal;</li> <li>❑ Sistema VISA;</li> <li>❑ CGPAN;</li> <li>❑ FNDE/PNAE;</li> <li>❑ Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA);</li> <li>❑ PROCON;</li> <li>❑ Pais;</li> <li>❑ Professores;</li> <li>❑ Alunos;</li> <li>❑ Coordenadores pedagógicos;</li> <li>❑ CAEs;</li> <li>❑ Merendeiras;</li> <li>❑ ANVISA;</li> <li>❑ SEE e SME;</li> <li>❑ SES e SMS;</li> <li>❑ CECANs;</li> <li>❑ IES;</li> <li>❑ APM.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❑ Recursos humanos;</li> <li>❑ Recursos financeiros;</li> <li>❑ Recursos educacionais;</li> <li>❑ Equipamentos;</li> <li>❑ Utensílios;</li> <li>❑ Área física.</li> </ul>
--	--	---	--

A regulamentação da venda de alimentos não-saudáveis no ambiente escolar constitui medida de proteção à saúde da comunidade escolar. O fortalecimento dos dispositivos legais desse tipo de regulamentação pode ser feito a partir da pactuação entre os poderes Executivo e Legislativo e poderá permitir a formulação de uma proposta sistematizada, a fim de fundamentar o dispositivo com competência. A interação com a área técnica na elaboração desses dispositivos pode garantir ainda maior aceitação pelos profissionais que trabalham a favor da sua implementação.

A oferta de alimentação escolar saudável também é dependente do alimento disponibilizado nas cantinas escolares e cercanias. Para que isso aconteça, o apoio aos donos de cantinas escolares é uma questão estratégica. A capacitação dos cantineiros garante a viabilidade econômica das cantinas e a possibilidade da cantina escolar como espaço de promoção da alimentação saudável. Também pode ser considerada a formação de comitês de mobilização, compostos por cantineiros, nutricionistas, associação de pais, diretores e representantes de instituições envolvidas, com o objetivo de buscar soluções para as dificuldades vivenciadas no cotidiano da cantina escolar.

No caso dos estabelecimentos de ensino privado, devem ser observados critérios de contratualização dos serviços de alimentação escolar e ou das cantinas e lanchonetes que prestam este serviço no espaço escolar. É importante ressaltar que a atividade comercial de produção e venda de alimentos dentro da escola

não pode ser confundida com o comércio de alimentos existentes na rua, uma vez que é o único local que a criança tem para se alimentar durante o tempo que permanece na escola, devendo ser oferecido o melhor padrão de alimentação possível. O entorno da escola constitui território de relação com a comunidade escolar e precisa participar da produção de conhecimentos e vivência da educação em saúde nas escolas. Por isso, a sensibilização do comércio ambulante das cercanias precisa também estar associada a um contexto de proteção à saúde dos escolares e comunidade escolar.

**Passo 6:** Desenvolver opções de alimentos e refeições saudáveis na escola.

	<b>Estratégias</b>	<b>Parceiros</b>	<b>Recursos</b>
<b>Passo 6</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❑ Estimular a criação de hortas escolares;</li> <li>❑ Incorporar ao CAE a representação do aluno de segundo segmento (EF) (como interlocutor);</li> <li>❑ Adequação do tipo de refeição ao horário de distribuição e tempo de permanência do aluno na escola;</li> <li>❑ Arte culinária com crianças;</li> <li>❑ Socialização das experiências exitosas;</li> <li>❑ Concurso de receitas;</li> <li>❑ Oficina de produção de lanches reforçando a técnica dietética nos cardápios e a alimentação saudável (capacitação de merendeiras);</li> <li>❑ Elaboração de livros com receitas utilizando alimentos regionais ou da estação;</li> <li>❑ Fomentar a análise da composição dos alimentos regionais;</li> <li>❑ Garantir o conhecimento, pelas crianças, das etapas de produção dos alimentos ofertados na alimentação escolar.</li> <li>❑ Capacitar os manipuladores de alimentos que atuam nos estabelecimentos privados de ensino em conceitos de alimentação saudável.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❑ CÃES;</li> <li>❑ APM;</li> <li>❑ Secretaria de Agricultura;</li> <li>❑ Secretaria de Meio Ambiente;</li> <li>❑ Ministério do Desenvolvimento Social (MDS);</li> <li>❑ SESI;SESC</li> <li>❑ Empresas privadas de responsabilidade social;</li> <li>❑ ONGs;</li> <li>❑ SEE e SME;</li> <li>❑ SES e SMS;</li> <li>❑ CECANs;</li> <li>❑ IES;</li> <li>❑ Manipuladores de alimentos;</li> <li>❑ Sindicato dos restaurantes ,hotéis e ou associações similares;</li> <li>❑ EMBRAPA;</li> <li>❑ LACENs;</li> <li>❑ Laboratórios (uso da verba disponibilizada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❑ Recursos humanos;</li> <li>❑ Recursos financeiros;</li> <li>❑ Recursos educacionais;</li> <li>❑ Recursos privados;</li> <li>❑ Recursos públicos.</li> </ul>

A promoção da saúde pode ainda ser incentivada na escola pelo cultivo de hortas escolares. A horta possibilita que toda a comunidade escolar se envolva nas atividades de alimentação e saúde desenvolvidas na escola. Pode ser um laboratório vivo para diferentes atividades didáticas e seu preparo oferece várias vantagens para a comunidade: proporciona uma grande variedade de alimentos a baixo custo, no lanche das

crianças, e permite que toda a comunidade tenha acesso a essa variedade de alimentos por doação ou compra.

A horta escolar representa, no processo de educação, um eixo gerador que aborda todas as dimensões da escola, integrando múltiplos aspectos que contribuem na formação integral dos alunos e da própria comunidade escolar. É uma forma direta de educação, na qual as crianças podem ver o resultado das suas ações e decisões (FAO, 2005). Atividades em hortas escolares permitem ainda o resgate da cultura alimentar brasileira e, conseqüentemente, de estilos de vida mais saudáveis. Portanto, o cultivo de pequenas hortas pode contribuir para a promoção da saúde da comunidade escolar.

**Passo 7:** Aumentar a oferta e promover o consumo de frutas, legumes e verduras, com ênfase nos alimentos regionais.

	<b>Estratégias</b>	<b>Parceiros</b>	<b>Recursos</b>
<b>Ponto 7</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❑ Realizar oficinas locais sobre o efeito protetor de F, LV.</li> <li>❑ Incluir este item na regulamentação da restrição;</li> <li>❑ Adequação do cardápio, com inclusão deste item na definição dos parâmetros para composição dos cardápios do PAE;</li> <li>❑ Estimular o plantio de árvores frutíferas (agro-floresta);</li> <li>❑ Incentivar a aquisição de produtos da agricultura local;</li> <li>❑ Criação de hortas escolares, familiares e comunitárias;</li> <li>❑ Sensibilização na escola por meio de oficinas de degustação;</li> <li>❑ Parceria com produtores rurais, respeitando a vocação agrícola;</li> <li>❑ Fomentar a participação da rede varejista local, estimulando a doação de FLV.</li> <li>❑ Orientação às famílias para promover o consumo de FLV em casa;</li> <li>❑ Oficina para conservação e utilização de FLV;</li> <li>❑ Publicação de <i>Alimentos Regionais</i> por região;</li> <li>❑ Desenvolver estudos sobre a necessidade mínima de equipamentos e utensílios de acordo com o quantitativo de alunos;</li> <li>❑ Adequar a infra-estrutura das escolas à demanda.</li> <li>❑ Incluir como critério de contratação de serviços de alimentação e nutrição.</li> <li>❑ Fomentar a aplicação de recursos locais para a aquisição de FLV.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❑ EMATER;</li> <li>❑ CÂES;</li> <li>❑ APM;</li> <li>❑ Secretaria de Agricultura;</li> <li>❑ Secretaria do Meio Ambiente;</li> <li>❑ Gestores da área de Educação;</li> <li>❑ CONSEAs;</li> <li>❑ FNDE.</li> <li>❑ SES e Conselhos locais de saúde.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❑ Recursos humanos;</li> <li>❑ Recursos financeiros;</li> <li>❑ Recursos educacionais.</li> </ul>

O incentivo à ingestão de frutas e hortaliças a partir de sua veiculação na alimentação escolar pode ser feito não apenas através do cultivo de hortas, como também no estabelecimento de parcerias com agricultores locais, que podem oferecer subsídios para a compra permanente de gêneros alimentícios perecíveis e garantir, portanto, a sustentabilidade desta ação e dos produtores locais.

O redirecionamento da compra institucional, criando condições para a participação de agentes econômicos locais, permite fortalecer uma importante fonte de produção de alimentos e de geração de

empregos e renda no interior do país, além de proporcionar à alimentação pública uma diversidade regional de perfil regional muito importante no resgate e conformação dos hábitos alimentares locais (Aly Jr *et al.*, 2003).

A adequação do cardápio escolar vem sendo objeto de um grupo de trabalho criado pelo FNDE/MEC com a finalidade de definir os parâmetros a serem observados nos programas de alimentação escolar. Esta proposta deverá ser finalizada até maio de 2007.

O incentivo à ingestão de frutas e hortaliças por escolares, parte do pressuposto de conscientização dos pais acerca desta prática no ambiente familiar. Os pais assumem importante papel na formação de hábitos alimentares dos filhos, pois o comportamento alimentar tem suas bases fixadas na infância, transmitidas pela família e sustentadas por tradições (Davanço *et al.*, 2004). Dessa forma, a frequência com que os pais demonstram hábitos alimentares saudáveis pode estar associada à ingestão alimentar e ter implicações de longo prazo sobre o desenvolvimento do comportamento alimentar dos filhos (Tibbs *et al.*, 2001). Assim, é importante considerar a necessidade de integrar noções sobre Alimentação e Nutrição e atividades de aprendizado para as crianças e seus pais como estratégia associada à escola para promoção da saúde de crianças escolares.

**Passo 8:** Auxiliar os serviços de alimentação da escola na divulgação de opções saudáveis por meio de estratégias que estimulem essas escolhas.

	Estratégias	Parceiros	Recursos
<b>Ponto 8</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❑ Fornecer informação permanente sobre alimentação saudável. Estimular o desenvolvimento de ações educativas para promoção da alimentação saudável na escola, valorizando aspectos relacionados ao serviço de alimentação (refeitório, utensílios, apresentação do prato);</li> <li>❑ Elaboração de cartazes feitos pelas crianças, tomando o cuidado de não excluir a criança com sobrepeso e obesidade;</li> <li>❑ Trabalhar a informação nutricional nos rótulos de alimentos;</li> <li>❑ Realização de Oficinas de Degustação;</li> <li>❑ Desenvolvimento de atividades educativas permanentes;</li> <li>❑ Garantir o conhecimento, pelas crianças, das etapas de produção dos alimentos ofertados na alimentação escolar.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❑ Unidades de Saúde</li> <li>❑ Professores;</li> <li>❑ Merendeiras e Manipuladores de alimentos</li> <li>❑ Secretaria de Comunicação;</li> <li>❑ “Rádio Saúde”;</li> <li>❑ Rádio Câmara;</li> <li>❑ Radiobrás</li> <li>❑ Rádios de maior divulgação;</li> <li>❑ Igrejas e Associações de bairro;</li> <li>❑ Comunidade escolar;</li> <li>❑ CAEs;</li> <li>❑ CONSEAs;</li> <li>❑ Universidades.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❑ Recursos humanos;</li> <li>❑ Recursos financeiros;</li> <li>❑ Recursos educacionais.</li> </ul>

No sentido de favorecer o planejamento e execução de atividades educativas no ambiente escolar, foi ofertada a sugestão do desenvolvimento permanente deste tipo de atividade. A educação permanente

constitui-se num processo de transformação das relações entre os sujeitos, os saberes, as metodologias e as práticas, e busca fortalecer a fundamentação teórica transformando-a em conhecimento público, pleiteando novas propostas, articulando-as com a prática concreta na criação de novas ações.

O desenvolvimento contínuo de atividades de promoção da alimentação saudável no ambiente escolar requer o uso de ferramentas de apoio, ou seja, materiais pedagógicos. Considerando a necessidade do “despertar” do processo de ensino-aprendizagem no tocante à Alimentação e Nutrição, esses materiais precisam ser pensados de forma a privilegiar, permitir e fomentar esta troca de práticas e saberes que tem as realidades cotidianas sob a luz das dimensões socioeconômicas, culturais e étnicas como território e terreno fértil. A noção de direito humano à alimentação e de cidadania devem fundamentar as ações e atividades de promoção da alimentação saudável.

**Passo 9:** Divulgar a experiência da alimentação saudável para outras escolas, trocando informações e vivências.

	Estratégias	Parceiros	Recursos
<b>Passo 9</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❑ Utilizar os sites dos órgãos públicos ou outros instrumentos de comunicação social para divulgação de experiências;</li> <li>❑ Realizar fórum de discussão entre as escolas;</li> <li>❑ Organizar fóruns locais para trocas de experiências em alimentação escolar;</li> <li>❑ Promover concurso de iniciativas;</li> <li>❑ Aproveitar a Semana Mundial de Alimentação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❑ Assessoria de comunicação social;</li> <li>❑ Mídia;</li> <li>❑ Sociedade Brasileira de Hipertensão;</li> <li>❑ Sociedade Brasileira de Diabetes;</li> <li>❑ Sociedade Brasileira de Cardiologia;</li> <li>❑ Associação Brasileira de Nutrição</li> <li>❑ CAEs;</li> <li>❑ CONSEAs.</li> <li>❑ Conselhos locais de saúde</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❑ Recursos humanos;</li> <li>❑ Recursos financeiros;</li> <li>❑ Recursos educacionais.</li> </ul>

Algumas estratégias têm sido utilizadas para que os países possam avançar e reforçar suas propostas de desenvolvimento de ações de saúde, no aspecto da atenção integral à saúde da comunidade escolar. A realização de reuniões, seminários e conferências, entre outros eventos, permite congrega a comunidade escolar e profissionais das áreas de Saúde e Educação com o objetivo de divulgar ações de promoção da alimentação saudável no ambiente escolar para inseri-los neste processo.

O reconhecimento público das iniciativas que favoreçam a promoção da saúde é mais um dos objetivos centrais da Portaria. A divulgação de experiências dessa natureza pelos meios de comunicação possibilita não apenas a divulgação das ações desenvolvidas nas escolas, mas dá maior visibilidade à relevância social das ações, estimula o desejo de participação e oferta de sugestões na elaboração dessas atividades. Espera-se também que a apresentação dessas ações permita o debate e o intercâmbio de propostas que possam estimular novas práticas.

Nesse sentido, esforços precisam ser desenvolvidos, a fim de consolidar as iniciativas existentes, apoiar novas experiências e implementar estratégias para facilitar o intercâmbio entre as escolas e divulgar o que vem se desenvolvendo. Por isso, recursos financeiros precisam ser alocados e parcerias precisam ser firmadas para a organização de eventos locais ou nacionais e aproveitamento dos espaços disponibilizados pelos *sites* de órgãos oficiais.

**Passo 10:** Desenvolver um programa contínuo de promoção de hábitos alimentares saudáveis, considerando o monitoramento do estado nutricional dos escolares, com ênfase em ações de diagnóstico, prevenção e controle dos distúrbios nutricionais.

	<b>Estratégias</b>	<b>Parceiros</b>	<b>Recursos</b>
<b>Passo 10</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❑ Implantar e ampliar o SISVAN para os escolares, favorecendo o cadastro dos escolares nas unidades de saúde;</li> <li>❑ Incluir a avaliação de consumo para os escolares;</li> <li>❑ Antropometria pelos profissionais de saúde e ou de educação física</li> <li>❑ Capacitação destes professores em convênio com as Universidades (estagiários);</li> <li>❑ Equipar Educação/escolas;</li> <li>❑ Caderneta do escolar que ficaria com os pais com informações sobre alimentação e antropometria;</li> <li>❑ Avaliação nutricional da comunidade escolar;</li> <li>❑ Fomentar projetos de atividade física e alimentação saudável dentro do ambiente escolar com base no conhecimento do estado nutricional.</li> <li>❑ Fortalecimento do trabalho intersectorial entre as áreas saúde, educação e esporte.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❑ CECAN's;</li> <li>❑ SES e SMS;</li> <li>❑ Pais;</li> <li>❑ Professores;</li> <li>❑ Alunos;</li> <li>❑ Coordenadores pedagógicos;</li> <li>❑ PSF;</li> <li>❑ MCT;</li> <li>❑ CAEs;</li> <li>❑ CONSEAs;</li> <li>❑ SEE e SME;</li> <li>❑ IES;</li> <li>❑ Educadores físicos e Nutricionistas;</li> <li>❑ Equipe de Saúde da Família;</li> <li>❑ Equipes de saúde bucal</li> <li>❑ Vigilância Epidemiológica;</li> <li>❑ SISVAN local</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❑ Recursos humanos;</li> <li>❑ Recursos financeiros;</li> <li>❑ Recursos educacionais;</li> <li>❑ Recursos materiais (equipamentos).</li> </ul>

No tocante ao desenvolvimento de um programa contínuo de PAS considerando o monitoramento do estado nutricional de escolares, todos os grupos de trabalho consideraram a necessidade de desenvolvimento e implementação do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) para os escolares. O desenho desse programa pode responder aos anseios dos grupos de trabalho, na medida em que possibilita o diagnóstico nutricional de escolares, com o objetivo de trabalhar controle e prevenção dos distúrbios diagnosticados. Há de se definir, conjuntamente, o público-alvo a ser atingido (escolares ou comunidade escolar como um todo), os dados a serem coletados (dados antropométricos e/ou indicadores nutricionais), o local de coleta dos dados (unidade básica de saúde ou escolas) e os executores (nutricionistas ou educadores físicos). A noção de territorialidade, um dos princípios da estratégia de Saúde da Família, garantindo a cobertura das equipes de saúde da família, é uma das formas de implantar a vigilância nutricional das crianças que freqüentam a escola.

A realização de cada um dos passos sugeridos na Portaria não pode ser feita sem o estabelecimento de parcerias com diferentes setores, ao que se sabe que elas podem garantir a sustentabilidade das ações de PAS nas escolas. É necessário dar apoio técnico às instituições formadoras a fim de garantir o preparo de recursos humanos inovadores e o apoio no desenvolvimento das ações educativas no âmbito escolar, verificando se os objetivos propostos para transformar a instituição em uma escola saudável e promotora da saúde para a comunidade podem realmente ser atingidos. Por isso, é imprescindível o consórcio com diferentes parceiros, envolvendo as áreas de saúde, educação, esporte, meio ambiente e cultura.

No que se refere à oferta de sugestões diferenciadas para as escolas particulares, uma das propostas da Oficina, somente um dos grupos de trabalho apresentou-as, sem associá-las a um dos passos. As sugestões dadas foram as seguintes:

- ▣ Sensibilização das escolas privadas em parceria com as Federações e/ou Associações sobre a Portaria nº 1010;
- ▣ Divulgação do tema da Promoção da Alimentação Saudável em jornais e boletins da Federação;
- ▣ Distribuição da Caderneta do Escolar /Caderneta da Criança/ Caderneta do Adolescente. ( Avaliar)

## **Conclusão**

Muitas das sugestões ofertadas fazem parte da programação de ações da Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para o ano de 2007. Cabe aos Estados e municípios a responsabilidade compartilhada de também proporem em suas programações as ações elencadas neste relatório no sentido de implementar a Portaria nº 1010.

Um dos grandes desafios apontados é aprofundar o desenvolvimento de parcerias interdisciplinares, para que mais atores sociais e governamentais participem do processo. Por isso, é imprescindível o reconhecimento da necessidade do apoio para a consecução das ações, por exemplo, com Instituições de Ensino Superior, MDS, MCT, EMATER, SESI, SENAC, ABIA, LACEN, Embrapa, PROCON, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, Secretaria de Agricultura, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Esporte e Lazer, Organizações não-governamentais, CAEs, CONSEAs, CECANs, pais, professores, alunos, donos de cantinas escolares, funcionários das escolas, sociedades científicas, meios de comunicação, igrejas e associações de bairro, APMS, grêmios estudantis, outras entidades de classe e editoras. O apoio da Federação Nacional das Escolas Particulares – FENEP constitui uma importante iniciativa a fim de reconhecer e inserir o contexto das escolas particulares na implementação das ações.

Alguns consensos já foram alcançados, mas muito ainda precisa ser feito. No tocante às Secretarias de Saúde, importante destacar a publicação recente de Portaria nº 1357/2006, de repasse fundo a fundo, que transfere recursos aos Estados e municípios para implementação das ações de Alimentação e Nutrição.

Um outro ponto que também se insere neste contexto é a implementação do piloto do *Projeto Escola*, coordenado pela ANVISA e aprovado pela Diretoria Colegiada daquele órgão, com participação do FNDE/MEC, CGPAN/MS e OPAS. Tal projeto pretende colocar em prática muitas das ações propostas na implementação da alimentação saudável nas escolas e aperfeiçoá-las com sua prática. Cabe destacar que a proposta de alimentação saudável nas escolas remete a questões não somente voltadas ao valor nutricional dos alimentos, mas também aos aspectos sanitários de sua preparação e distribuição, não deixando de destacar as questões sociais relacionadas ao processo.

A elaboração de estratégias de ação nacional para apoio aos estados e municípios na implementação de projetos locais de Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas precisa ser continuamente discutida. Neste sentido, além das propostas acima citadas, pretende-se disponibilizar um espaço para o envio de

sugestões e experiências bem sucedidas no tema, dentre outras idéias, para que o grupo de trabalho possa utilizá-lo como uma rede, atualizar conteúdos e aprimorar as ações de PAS nas escolas.

A busca de uma maior integração entre as ações e projetos da área da saúde com as demandas e realidades da escola necessitam ser amplamente discutidas, num espaço que favoreça o diálogo intersetorial permanente. As unidades de saúde e às equipes de saúde da família tem papel de destaque na concretização das ações de integração no nível local. Assim, o planejamento de uma ação local voltada a discussão das condições de saúde e nutrição das crianças e jovens possibilita exige o engajamento dos serviços de saúde e das escolas existentes no território e a maior interação da comunidade e das próprias crianças e jovens escolares. A realização de oficinas locais que estimulem esta interação é condição importante para a implantação da promoção da alimentação saudável nas escolas e deve ser apoiada pelos gestores locais de saúde e educação.

### **Referências Bibliográficas**

----- Food and Agriculture Organization (FAO). Setting up and running a school garden. Roma: FAO, 2005.

----- Ministério da Saúde/ Organização Pan-americana de Saúde. Escolas promotoras da saúde: experiências do Brasil. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

----- Ministério da Saúde. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. 2<sup>a</sup> ed rev. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

----- Ministério da Saúde. Guia Alimentar para a População Brasileira: promovendo a alimentação saudável. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

----- Ministério da Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

----- Organização Mundial de Saúde (OMS). *Fomento de la salud a través de la escuela*. OMS: Genebra, 1997.

----- Organização Mundial de Saúde (OMS). Estratégia Global para a Promoção da Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde. Genebra: OMS, 2004.

----- Organização Pan Americana de Saúde (OPAS). Componentes educativos de los programas para la promoción de la salud escolar. *Revista Panamericana de Salud Pública* 1997, 2(3).

ALY JR, O; GOMES JR, NN; SILVA, RP; STOREL JR, AO. Políticas públicas de segurança alimentar e combate à exclusão sócio-econômica: a importância da comercialização agrícola. *In* Sistemas Agroalimentares: análises e perspectivas para a América Latina. Campinas, SP: MFA Sampaio, 2003.

BUSS, PM. Promoção e educação em saúde no âmbito da Escola de Governo em Saúde da escola Nacional de Saúde Pública. *Cad Saúde Pública* 1999; 15(2): 177-85.

BUSS, PM. Promoção da saúde e qualidade de vida. *Ciência & Saúde Coletiva* 2000; 5(1): 163-77.

DAVANÇO, GM; TADDEI, JAAC & GAGLIONE, CP. Conhecimentos, atitudes e práticas de professores de ciclo básico, expostos e não expostos a Curso de Educação Nutricional. *Rev Nutr* 2004; 17(2): 177-84.

FONSECA, LMM; SCOCHI, CGS; ROCHA, SMM; LEITE, AM. Cartilha educativa para orientação materna sobre os cuidados com o bebê prematuro. *Rev Latino-am Enfermagem* 2004; 12 (1): 65-75.

OLIVEIRA, DL. A 'nova' saúde pública e a promoção da saúde via educação: entre a tradição e a inovação. *Rev Latino-am Enfermagem* 2005; 13 (3): 423-31.

PELICIONI, MCF. & TORRES, AL. A Escola Promotora de Saúde [série monográfica nº 12]. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

PINHEIRO, ARO; RECINE, EG; CARVALHO, MFCC. As práticas alimentares saudáveis: a promoção da saúde no contexto da segurança alimentar e nutricional. In CASTRO, A e MALO, M. SUS: ressignificando a promoção da saúde. São Paulo: HUCITEC, 2006. p. 187-207.

TIBBS, M.A.T.; JOSHU, D.H.; SCHECHTMAN, K.B.; BROWSON, R.C.; NANNEY, M.S.; HOUSTON, C. *et al.* The relationship between parental modeling, eating patterns, and dietary intake among African-American parents. *J Am Diet Assoc* 2001; 101: 535-541.

## Anexo - Lista de Participantes

### Anexo I

NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
Abigail Batista de Lucena Reis	MS	(61)3315-2676	<a href="mailto:abigail.reis@saude.gov.br">abigail.reis@saude.gov.br</a>
Ana Beatriz Vasconcellos	CGPAN/MS	61-34488040	<a href="mailto:ana.vasconcellos@saude.gov.br">ana.vasconcellos@saude.gov.br</a>
Ana Cecília Lins			
Ana Cláudia Peixoto Vasconcelos	UFPB	3216-7499 9136-0003	<a href="mailto:anapeixoto@uol.com.br">anapeixoto@uol.com.br</a>
Ana Lúcia Pereira	CONSEATO	(63) 348-8036	<a href="mailto:prof.analucia@terra.com.br">prof.analucia@terra.com.br</a>
Ana Paula Rodrigues Cavalcante de Paiva	FIOCRUZ/BSB	3304-0826	<a href="mailto:anapaulap@fiocruz.br">anapaulap@fiocruz.br</a>
Andréa Bonilha Bordim	SESA/PR	(41) 3330-4547	<a href="mailto:andreabonilha@sesa.pr.gov.br">andreabonilha@sesa.pr.gov.br</a>
Andréa Polo Galante	ASBRAN	(11) 5052-0347	<a href="mailto:presidencia@asbran.org.br">presidencia@asbran.org.br</a>
Anelise Rizzolo			
Antonio Augusto Fonseca Garcia	CFN	3225-8027	<a href="mailto:antonioaugusto@cfn.org.br">antonioaugusto@cfn.org.br</a>
Albaneide Peixinho	PNAE/FNDE		
Aurelina Aguiar			
Beatriz Belfort de Aguiar	PMW/ES	(27) 9837-9537	<a href="mailto:beatrixba@uol.com.br">beatrixba@uol.com.br</a>
Bethsáida de Abreu Soares Schmitz			
Carolina Chagas	FNDE/MEC		
Claudia Calandrini Guimarães	PNAE/FNDE	(61)3212-4163	<a href="mailto:claudiacalandrini@gmail.com">claudiacalandrini@gmail.com</a>
Cleisi Maria Silva Paz			
Cleusa Maria de Almeida Mendes			
Cristiane Aparecida Azevedo de Assis Machado	SMS - Curitiba	(41) 3350-9375	<a href="mailto:sisvan@sms.curitiba.pr.gov.br">sisvan@sms.curitiba.pr.gov.br</a>
Cristina P. Gaglianoni	UNIFESP	(13) 3222-2048	
Denise de Oliveira Resende	ANVISA	(61)3448-6190	<a href="mailto:denise.resende@anvisa.gov.br">denise.resende@anvisa.gov.br</a>
Diana Lucena	OPSAN/UNB	(61)3307-2508	<a href="mailto:dikalucena.unb@gmail.com">dikalucena.unb@gmail.com</a>

Dillian Adelaine da Silva			
Eliana Maria Maltar Mouchi	Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto	(16) 3916-3734	<a href="mailto:emmouchi@educacao.pmrp.com.br">emmouchi@educacao.pmrp.com.br</a>
Elida Amorim Valentin	CGPAN/MS	61-34488040	<a href="mailto:elida.amorim@saude.gov.br">elida.amorim@saude.gov.br</a>
Eliene F. de Sousa	PNAE/FNDE	(61)3212-4442	<a href="mailto:eliene@fnde.gov.br">eliene@fnde.gov.br</a>
Estelamaris Tronco Monego	CECAN-C. OESTE	(62) 3521-1615	<a href="mailto:emonego@fanut.ufg.br">emonego@fanut.ufg.br</a>
Fábio da Silva Gomes	CONPREV-INCA	(21) 3970-7514	<a href="mailto:fabiodasilvagomes@gmail.com">fabiodasilvagomes@gmail.com</a>
Francisca Dayse Montenegro	SES/DF GNUT	(61)3403-2475	<a href="mailto:gnutapas@hotmail.com">gnutapas@hotmail.com</a>
Gabriela T. Cardoso	UNB/ Projeto Escola	(61)3307-2543	<a href="mailto:gabs_tc@yahoo.com.br">gabs_tc@yahoo.com.br</a>
Guacira Mendes Lomeu	SEMUS/PM VITORIA/ES	(27) 3132-5021	<a href="mailto:glomeu@yahoo.com.br">glomeu@yahoo.com.br</a>
Ivan Domingos Carvalho Santos	UFPR	(41) 3380-4056	<a href="mailto:ivandomcarv@terra.com.br">ivandomcarv@terra.com.br</a>
Jose Antonio Teixeira	FENEP	9982-8242	<a href="mailto:professor@teixeira.net">professor@teixeira.net</a>
Karem Modernell	ANVISA	(61)3448-8277	<a href="mailto:karem.modernell@anvisa.gov.br">karem.modernell@anvisa.gov.br</a>
Kathleen Sousa Oliveira	MDS	(61)3433-1158	<a href="mailto:kathleen.oliveira@mds.gov.br">kathleen.oliveira@mds.gov.br</a>
Lalinne Amália de Souza Leite	FNDE/PNAE	(61)3212-4163	<a href="mailto:lalinne@yahoo.com.br">lalinne@yahoo.com.br</a>
Lana Magali	MCT		
Ligia Teixeira Mendes de Azevedo	SES/DF	(61)3403-2619	<a href="mailto:ligiadeazevedo@hotmail.com">ligiadeazevedo@hotmail.com</a>
Lorena G. Chaves	PNAE/FNDE	(61)3212-4894	<a href="mailto:lorena@fnde.gov.br">lorena@fnde.gov.br</a>
Lourdes Ferreinha			
Luciana Maldonado	SMS-RJ/INAD	(21) 2295-7448	<a href="mailto:lucianamaldonado@globo.com">lucianamaldonado@globo.com</a>
Luciana Monteiro Sardinha	CGDANT - MS	(61)3315-3670	<a href="mailto:luciana.sardinha@saude.gov.br">luciana.sardinha@saude.gov.br</a>
Mara Andréa Flores Pedrozo	Secretaria Educação Florianópolis	(48) 3251-6095	<a href="mailto:andreamfp@yahoo.com.br">andreamfp@yahoo.com.br</a>
Maria Cristina Boaretto			
Maria de Fátima Pereira França	INAD	2244-6930	<a href="mailto:inad@rio.vi.gov.br">inad@rio.vi.gov.br</a>
Maria de Lourdes Marcondes Evangelista	P.M. Ribeirão Preto	(16) 3977- 9329	<a href="mailto:pba@saude.pmrp.com.br">pba@saude.pmrp.com.br</a>
Maria Regina Vasconcelos Padrão			
Mariana C. Pinheiro	UNB/CGPAN	(61)9271-3200	<a href="mailto:pinheiro@unb.br">pinheiro@unb.br</a>
Mariene Schneider	FENEP	(11) 9935-4338	<a href="mailto:marlene@simsp.org.br">marlene@simsp.org.br</a>

Milena Tavares Thomas Dutra	Prefeitura de BAGÉ/SMED	(53) 9984-9156	<a href="mailto:milenadutra1@hotmail.com">milenadutra1@hotmail.com</a>
Mônica Dilessa Lage	SEDU/ES	(27)3137-3670	<a href="mailto:monicalage@hotmail.com">monicalage@hotmail.com</a>
Nathalia Bitencourt Ferreira	FNDE/PNAE	(61)3212-4183	<a href="mailto:nathalabit@hotmail.com">nathalabit@hotmail.com</a>
Nina Flávia Amorim	OPSAN/UNB	(61)3307-2543	<a href="mailto:ninafaa@gmail.com">ninafaa@gmail.com</a>
Patricia Bonilauri Sens	SESA/PR	(41) 3330-4547	<a href="mailto:psens@pr.gov.br">psens@pr.gov.br</a>
Patricia Chaves Gentil	CGPANIMS	61-34488040	<a href="mailto:patricia.gentil@saude.gov.br">patricia.gentil@saude.gov.br</a>
Paula Cristina Rocha da Silva	SISVAN/SESA - ES	(27) 8809-3597	<a href="mailto:sisvan@saude.es.gov.br">sisvan@saude.es.gov.br</a>
Rafaela Ribeiro de Brito	FNDE/PNAE	(61)3212-4893	<a href="mailto:rafaelab@fnde.gov.br">rafaelab@fnde.gov.br</a>
Raquel M. Teixeira	PNAE/FNDE	(61)3212-4183	<a href="mailto:raquelm@fnde.gov.br">raquelm@fnde.gov.br</a>
Renata Bernardon	UNB	(61)3307-2543	
Rijane Maria de A. Barros dos Santos	SESI/PE/ATAN	(61) 3412-8347	<a href="mailto:rijanebarros@yahoo.com.br">rijanebarros@yahoo.com.br</a>
Ronaldo Coimbra de Oliveira	CGDANT/SVS	(61)3315-3690	<a href="mailto:cgdant@saude.gov.br">cgdant@saude.gov.br</a>
Rosana Maffessoni Driessen	SES/SC	(48) 3221-8418	<a href="mailto:rosanadriessen@saude.sc.gov.br">rosanadriessen@saude.sc.gov.br</a>
Rosana R. Lemes Ota	Prefeitura Diadema/SP	(11)4057-7058	<a href="mailto:rosana.lemes@diadema.sp.gov.br">rosana.lemes@diadema.sp.gov.br</a>
Rosane Maria Franklin Pinto	ANVISA	(61)3448-6278	<a href="mailto:picra@anvisa.gov.br">picra@anvisa.gov.br</a>
Sabrina Ionato de Oliveira			
Sílvia Saldiva	SES/Instituto de Saúde	(11) 3293-2289	<a href="mailto:smsaldiva@isaude.sp.gov.br">smsaldiva@isaude.sp.gov.br</a>
Simone Armond Serrão	FIOCRUZ	8422-8918	<a href="mailto:simonearmond@yahoo.com.br">simonearmond@yahoo.com.br</a>
Tais Porto Oliveira	CGPANIMS	61-34488040	<a href="mailto:tais.porto@saude.gov.br">tais.porto@saude.gov.br</a>
Terezinha de Jesus Pinheiro Franco	SESAN/TO	(63) 3218-1771 9281-2644	<a href="mailto:nutricao@saude.to.gov.br">nutricao@saude.to.gov.br</a>
Viviane da Silva Mustafa	FNDE/PNAE	(61)3212-4599	<a href="mailto:vsilva@fnde.gov.br">vsilva@fnde.gov.br</a>